

Information Systems and Technology Management

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)



Marcos William Kaspchak Machado

(Organizador)

Information Systems and Technology Management

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

143 Information systems and technology management [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Information Systems and Technology Management; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-7247-201-2

DOI 10.22533/at.ed.012191903

1. Gerenciamento de recursos de informação. 2. Sistemas de informação gerencial. 3. Tecnologia da informação. I. Machado, William Kaspchak. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra denominada “*Information Systems and Technology Management*” contempla dois volumes de publicação da Atena Editora. O volume I apresenta, em seus 25 capítulos, um conjunto de estudos direcionados para a gestão da inovação e informações aplicadas no gerenciamento de processos e operações.

As áreas temáticas de gestão da informação e do conhecimento mostram a mais recentes aplicações científicas de ferramentas tecnológicas nas etapas de coleta, processamento e avaliação de dados nos diversos ambientes gerenciais. A crescente aplicação tecnológica e inovação nos sistemas produtivos evidenciam a necessidade de processos de gestão integrada de informações que agilizem, tanto o fluxo, como a aplicação estratégica das informações. A diversidade de aplicações apresentada nos capítulos, desde aplicações militares à gestão agropecuária, ressalta a interdisciplinaridade da gestão do conhecimento e informação.

Este volume dedicado à gestão da inovação, gestão de informação e suas aplicações em processos e operações tratam de temas emergentes sobre ferramentas interativas de gestão de dados, aplicações da informação em ambientes virtuais, educacionais e industriais.

Aos autores dos capítulos, ficam registrados os agradecimentos do Organizador e da Atena Editora, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços científicos do tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de novos, e valiosos conhecimentos, e que auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área de gestão estratégica da informação e conhecimento.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO NA ERA DIGITALCOMPETÊNCIA INFORMACIONAL E MAPAS CONCEITUAIS	
Francisco Carlos Paletta	
DOI DOI 10.22533/at.ed.0121919031	
CAPÍTULO 2	17
THE CONVERGENCE OF INTERNET OF THINGS AND BLOCKCHAIN TECHNOLOGIES AND BUSINESSES	
Anna Beatriz de Sena de Arruda José Carlos Cavalcanti	
DOI DOI 10.22533/at.ed.0121919032	
CAPÍTULO 3	33
THE CREATIVE USE OF SEARCH ENGINES WEB 2.0 TO RESEARCH INVENTIONS AND CREATE FRUGAL INNOVATIONS	
Carlos Mamori Kono Leonel Cezar Rodrigues Luc Quoniam	
DOI DOI 10.22533/at.ed.0121919033	
CAPÍTULO 4	49
QUALIDADE, AGILIDADE E INOVAÇÃO DE SOFTWARE, UM TRIPÉ PARA APOIAR PEQUENAS EMPRESAS A ALCANÇAR SEU TOTAL POTENCIAL	
Edcley José da Silva Suzana Cândido de Barros Sampaio	
DOI DOI 10.22533/at.ed.0121919034	
CAPÍTULO 5	65
THE EVALUATION OF EXPOSURE RISKS TO NON-IONIZING ELECTROMAGNETIC RADIATIONS: PREDICTION, MEASUREMENT AND MAPPING MODELING FOR THE CITY OF NATAL	
Fred Sizenando Rossiter Pinheiro Silva Gutembergue Soares da Silva André Pedro Fernandes Neto	
DOI DOI 10.22533/at.ed.0121919035	
CAPÍTULO 6	85
LABORATÓRIO DE QUÍMICA: EXPERIÊNCIAS SIMPLES E DE BAIXO CUSTO NAS ESCOLAS E NOS PARQUES	
Ana Beatriz de Souza Prado Andressa de Cássia Faria Alvarenga Anna Beatriz Martins Batista Esther Teodoro da Silva Juliana Soares Mariane Borim Lima Nathalie Paixão de Oliveira Veronica Alves Costa Victória Maria Xavier de Lima	
DOI DOI 10.22533/at.ed.0121919036	

CAPÍTULO 7	91
ANÁLISE DAS TAXONOMIAS DE TELESSAÚDE E TELEMEDICINA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Diego Armando de Oliveira Meneses Adicinéia Aparecida de Oliveira	
DOI DOI 10.22533/at.ed.0121919037	
CAPÍTULO 8	108
VALOR FINANCEIRO COMO INDICADOR DA ACURACIDADE DA BASE DE DADOS - SIA/SUS	
Denise Mathias Chennifer Dobbins Abi Rached	
DOI DOI 10.22533/at.ed.0121919038	
CAPÍTULO 9	117
A GESTÃO DO CONHECIMENTO E OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM UM AMBULATÓRIO DE SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL	
Elisabete Felix Farias Antônio Pires Barbosa	
DOI DOI 10.22533/at.ed.0121919039	
CAPÍTULO 10	134
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE MERCADO DE CAPITAIS DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BRASILEIRA	
Eric David Cohen	
DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190310	
CAPÍTULO 11	149
A MARKET PREDICTION MODEL STOCK BASED ON FUZZY LOGIC	
Sofiane Labidi Allisson Jorge Silva Almeida	
DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190311	
CAPÍTULO 12	171
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO: UM ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO NO RESULTADO TRIBUTÁRIO NAS EMPRESAS GOL E LATAM	
Caio Bonacina Nedel Fagundes Sérgio Murilo Petri	
DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190312	
CAPÍTULO 13	200
INVESTMENTS IN INFORMATION TECHNOLOGY AND THE ACCESS OF BRAZILIAN POPULATION TO BANKING SERVICES AND FACILITIES	
Oscar Bombonatti Filho Marcos Antonio Gaspar Ivanir Costa Marcos Vinicius Cardoso	
DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190313	
CAPÍTULO 14	216
DIMENSÕES INTERVENIENTES NO ATO DO COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE GESTÃO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura Mônica Erichsen Nassif	

CAPÍTULO 15 244

COMPARAÇÃO DE TÉCNICAS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA NA PREDIÇÃO DA TENDÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DA BITCOIN

Antonio Ricardo Alexandre Brasil

Luiz Alberto Pinto

Karin Satie Komati

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190315

CAPÍTULO 16 255

IMPLANTAÇÃO DO XBRL NO BRASIL: TERRA À VISTA?

Vladimir Pereira Lemes

Carlos Elder Maciel de Aquino

Napoleão Verardi Galegale

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190316

CAPÍTULO 17 274

MODELAGEM DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO AGROPECUÁRIO DO MARANHÃO (SGAMA) UTILIZANDO A UML

Lucélia Lima Souza

Yonara Costa Magalhães

Will Ribamar Mendes Almeida

Glynara Kylma Carvalhedo Feitosa Almeida

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190317

CAPÍTULO 18 291

FATORES DE SUCESSO NA TERCEIRIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Fernando Ayabe

Edmir Parada Vasques Prado

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190318

CAPÍTULO 19 309

A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE ANÁLISE DE MODO E EFEITO DE FALHA (FMEA) NA PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS EM UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR

Brunna Guedes da Silva

Juliano Machado Zoch

Victor Paulo Kloeckner Pires

Andressa Rocha Lhamby

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190319

CAPÍTULO 20 325

GESTÃO DA INFORMAÇÃO VIA SISTEMA DIGITAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CRAEI -

Paulo Sérgio Araújo

Luis Borges Gouveia

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190320

CAPÍTULO 21 345

LITERACIAS DE MÍDIA E INFORMAÇÃO: DAS ARESTAS DA COMPLEXIDADE, DA INFORMAÇÃO E DO HIBRIDISMO AO VÉRTICE DA EDUCAÇÃO

Beatrice Bonami

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190321

CAPÍTULO 22 369

SISTEMA PARA GESTÃO DE EGRESSOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Ana Flávia de Carlos Teodoro

Leandro Duarte Pereira

André Luis Duarte

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190322

CAPÍTULO 23 376

THE LISBON MUNICIPAL ARCHIVES: CONTRIBUTION FOR THE STUDY OF ITS INFORMATION SERVICE

Paulo Jorge dos Mártires Batista

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190323

CAPÍTULO 24 391

DO ESTUDO DE USUÁRIOS À ARQUITETURA DE INFORMAÇÃO DE UM PORTAL ESPECIALIZADO EM TEATRO

Adriane Maria Arantes de Carvalho

Luciene Borges Ramos

Evanicleide Rodrigues de Souza

Juliana Cristina Leal Fernandes

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190324

CAPÍTULO 25 410

COGNITIVE COMPUTING IN THE ANALYSIS OF COMPLEX SYSTEMS

Carlos de Amorim Levita

João Mattar

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190325

CAPÍTULO 26 414

PROCESSO PARA DESCRIÇÃO DE UMA ARQUITETURA DE REFERÊNCIA APLICADA NUMA LINHA DE PRODUTO CRM

Luana Peres Silva

DOI DOI 10.22533/at.ed.01219190326

SOBRE O ORGANIZADOR..... 431

IMPLANTAÇÃO DO XBRL NO BRASIL: TERRA À VISTA?

Vladimir Pereira Lemes

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Bady Bassitt – SP,

Carlos Elder Maciel de Aquino

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo – SP

Napoleão Verardi Galeale

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo – SP

ABSTRACT: Brazil has converged to the International Accounting Standards. A common language without the exchange of information between a company and its stakeholders becomes essential and urgent, and Brazil and its companies present themselves with the benefits of the Extensible Business Reporting Language (XBRL), matching the countries that have already implemented this technology. The purpose of the study and evaluation of the XBRL in Brazil, identifying threats and obstacles to implementation, indicating gaps in expectations and suggestion suggestions. A qualitative research was used, with a descriptive purpose, bibliographic research and semi - structured interviews. The result pointed to the existence of barriers to an implementation of XBRL, such as absence of a Brazilian jurisdiction; inadequacy of the regulator and maintainer of technology;

lack of budget and stakeholder involvement. The XBRL project is suspended in Brazil due to lack of budget and technical and operational problems. This study can serve as a reference for new studies that wish to investigate the adoption of XBRL and its relationship with the Brazilian capital market.

KEYWORDS: Extensible Business Reporting Language, XBRL, XBRL in Brazil.

RESUMO: O Brasil convergiu às Normas Internacionais de Contabilidade. Uma linguagem comum no intercâmbio de informações entre a empresa e seus *stakeholders* torna-se imprescindível e urgente, e o Brasil e suas empresas precisam desfrutar dos benefícios do *Extensible Business Reporting Language* (XBRL), igualando-se a países que já implantaram essa tecnologia. A finalidade deste estudo é avaliar o estágio atual do XBRL no Brasil, identificando ameaças e óbices à implementação, indicando gaps de expectativas e sugerindo alterações de rumo. Foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa, com objetivo descritivo, pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. O resultado apontou a existência de barreiras para a implementação do XBRL, tais como: ausência de uma jurisdição brasileira; inadequação do órgão regulador e mantenedor da tecnologia; ausência de orçamento e de envolvimento dos

stakeholders. O projeto XBRL está suspenso no Brasil por falta de orçamento e por problemas técnicos e operacionais. Este estudo pode servir de referência para novos estudos que visem investigar a adoção do XBRL e sua relação com o mercado de capitais brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: *Extensible Business Reporting Language*, XBRL, XBRL no Brasil.

1 | INTRODUÇÃO

A partir de 2005, com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com a edição das Leis 11.638 (2007) e 11.941 (2009) o Brasil promoveu a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, *International Financial Reporting Standard* (IFRS), aderindo dessa forma ao padrão internacional de contabilidade (uniformidade, homogeneidade e transparência) o que permitiu melhor compreensão e comparabilidade das informações contábil-financeiras por partes interessadas a nível mundial, facilitando, inclusive, o recebimento de investimentos pelas empresas, principalmente de origem internacional, com expectativa também de redução do custo de capital. Nesse modelo de internacionalização do mercado de capitais e da necessidade cada vez mais premente de informações contábil-financeira padronizadas e disponibilizadas no menor espaço de tempo possível, a implantação de uma linguagem comum no intercâmbio de informações financeiras entre a empresa e seus *stakeholders* é imprescindível e urgente, e o Brasil e suas empresas precisam acelerar o desfrute dos benefícios da aplicação do *Extensible Business Reporting Language* (XBRL), igualando-se a países que já implantaram essa tecnologia.

De acordo com o XBRL *International* (2017), consórcio global formado por mais de 300 organizações que representam praticamente todos os componentes das entidades reguladoras contábeis e financeiras, cujos membros se comprometeram a estabelecer um consenso com base em um formato único para compartilhar informações e ideias, “o *eXtensible Business Report Language* (XBRL) é um formato livre internacional (*royalty-free*) pensado especificamente para a área financeiro-contábil, sendo seu principal objetivo ser uma linguagem moderna e eficiente, que permite a divulgação de relatórios financeiros com formato interativo representando ganho de agilidade no manuseio das informações e aumento na transparência dos dados financeiros divulgados”. O XBRL surgiu como uma extensão da linguagem XML – *eXtensive Markup Language* (originalmente concebido para responder aos desafios das grandes publicações eletrônicas), visando propiciar a geração e decodificação das informações financeiras por computadores, acelerando os processos de tomada de decisão por humanos e agregando valor ao processo como um todo.

O XBRL já vem sendo adotado por mais de 40 países (Figura 1) e o tempo de implementação, conforme o XBRL *International*, tem durado em torno de 6 a 8 anos.



Figura 1: Mapa onde o XBRL está em produção

Fonte: XBRL *International* (2017).

A seguir (Quadro 1) status de implantação do XBRL nos principais mercados de capitais do mundo, onde fica demonstrado que, em geral, a autoridade responsável pela administração da aplicação se concentra nos bancos centrais dos países listados, quando o processo abrange apenas as instituições financeiras, e nas comissões de valores respectivas, quando trata de companhias abertas.

País	Taxonomia	Órgão Responsável	Empresas Usuárias	Natureza dos Dados	Histórico
Alemanha	German	<i>Ministry of Finance</i>	Companhias alemães	Privado	Começando com um piloto em 2011, os contribuintes corporativos alemães são obrigados a registrar digitalmente o retorno no formato E-Bilanz usando uma ampla gama de taxonomias específicas do setor. Além da taxonomia principal baseada no Código Comercial Alemão, foram criadas taxonomias industriais para bancos, companhias de seguros e fundos de pensão. Taxonomias específicas também foram produzidas para hospitais, instalações de enfermagem, empresas de transporte, empresas municipais locais e fazendas agrícolas.

Bélgica	Belgian	<i>National Bank of Belgium</i>	Companhias belgas	Público	O Banco Nacional da Bélgica é responsável, nomeadamente, pela preparação das contas nacionais belgas. Para auxiliar neste processo, as empresas belgas fornecem um modelo de balanço no formato XBRL ao banco central anualmente. Cerca de 400.000 empresas utilizam essa capacidade. Os dados são usados para fins estatísticos, mas o arquivamento de cada empresa também está disponível gratuitamente no XBRL.
Dinamarca	Danish	<i>Erhvervsstyrelsen - the Danish Business Authority</i>	Companhias dinamarquesas	Público	A Autoridade Empresarial Dinamarquesa exigiu que todas as empresas dinamarquesas forneçam no formato XBRL ou no formato iXBRL uma versão assinada digitalmente de suas demonstrações financeiras anuais para fins de registro e informações de mercado.
Emirados Árabes Unidos	IFRS	<i>Emirates Securities and Commodities Authority</i>	Empresas e corretores listados em bolsa de valores	Disponível mediante pagamento de uma taxa	A <i>Emirates Securities and Commodities Authority</i> requer demonstrações financeiras trimestrais, baseadas em XBRL, de empresas listadas nas bolsas de valores Abu Dhabi e Dubai, bem como dos corretores que operam nesse país.
Espanha	Spanish	<i>Ministry of Economy, National Accounting and Auditing Institute</i>	Companhias espanholas	Público	Desde 2008, todas as corporações espanholas são obrigadas a apresentar demonstrações financeiras anuais com o Registro Comercial. Esses arquivos são disponibilizados on-line publicamente. Extensões são permitidas.

Estados Unidos da América	US GAAP	<i>Securities and Exchange Commission (SEC)</i>	Empresas emissoras nos EUA	Público	A SEC obriga os emissores dos EUA (empresas listadas e títulos, incluindo fundos mútuos) a apresentar demonstrações financeiras em 3 arquivamentos trimestrais (10-Q) e 1 arquivamento anual (10-K) ao sistema de arquivo EDGAR do regulador. Os dados são utilizados pela SEC para analisar a conformidade da empresa com as obrigações de divulgação, bem como identificar anomalias e <i>outliers</i> que possam apontar para fraude contábil. Os dados são republicados no formato XBRL e disponibilizados gratuitamente aos participantes do mercado, de uso específico para uma variedade de grupos, incluindo fornecedores de dados, empresas de pesquisa e analistas.
Estados Unidos da América	N/D	Federal Financial Institutions Examination Council (FFIEC)	Bancos americanos	N/D	O FFIEC obriga os bancos dos EUA a fornecerem trimestralmente os <i>“call reports”</i> no formato XBRL. Os <i>“call reports”</i> abrangem uma série de condições financeiras e medidas de risco financeiro. Quase todos esses dados são republicados através dos <i>Uniform Bank Performance Reports</i> , inclusive no formato XBRL. Os dados da FFIEC são utilizados pelos reguladores bancários dos EUA, bem como pelo público para analisar a saúde dos bancos individualmente.
Indonésia	Sharia	Central Bank of Indonesia (BI)	Bancos Islâmicos	Privado	O banco Central da Indonésia cobra demonstrações financeiras mensais de 34 bancos islâmicos, com base nas regras financeiras da Sharia. Os arquivadores validam e enviam documentos da instância XBRL diretamente para o BI. Os dados são utilizados para fins de supervisão.

Japão	Japan	<i>Japan Financial Services Agency (JFSA)</i>	Companhias japonesas listadas em bolsa e fundos de investimento	Público	Desde junho de 2008, a JFSA exige das empresas o arquivamento na linguagem XBRL de seus relatórios anuais, semestrais e trimestrais, bem como do registro de títulos e valores mobiliários. A próxima geração do EDINET introduziu o <i>Inline</i> XBRL e a expansão do relatório obrigatório para incluir fatos relevantes, bem como informações financeiras. Os níveis de marcação também foram expandidos para incluir subclassificações e comentários; Informações de segmentos, resumo dos resultados das empresas e divulgação dos principais acionistas.
Reino Unido	UK	<i>Her Majesty's Revenue & Customs</i>	Companhias do Reino Unido	Privado	A autoridade tributária do Reino Unido exige que todas as declarações de impostos das empresas sejam fornecidas no formato iXBRL. Os arquivos incorporam uma demonstração financeira, formatada no formato preferido do preparador, com as <i>tags</i> iXBRL embutidas em relação a cada fato que alinha com um dos 1200 conceitos contidos no subconjunto "Requisito mínimo de arquivamento" das taxonomias UK GAAP ou IFRS (conforme apropriado). As demonstrações financeiras são acompanhadas por um arquivo, também no formato iXBRL, que demonstre como se chegou ao lucro tributável a partir do lucro contábil. As extensões, incluindo extensões dimensionais, são permitidas, mas as companhias não são incentivadas a utilizá-las.

Reino Unido	UK	<i>UK Companies House</i>	Companhias do Reino Unido	Público	O registro de empresas do Reino Unido, <i>Companies House</i> , exige que todas as empresas do Reino Unido arquivem declarações financeiras anualmente. Desde 2006, a <i>Companies House</i> tinha disponível um mecanismo de arquivamento voluntário em XBRL e desde 2011 as empresas conseguem arquivar no iXBRL. Desde 2013, a <i>Companies House</i> republica todos os arquivos que recebe no formato iXBRL. Os arquivos incorporam uma demonstração financeira, formatada no como preferido pelo preparador, com as <i>tags</i> iXBRL embutidas em relação a cada fato que alinha com um dos 1200 conceitos contidos no subconjunto “Requisito mínimo de arquivamento” das taxonomias UK GAAP ou IFRS (conforme apropriado). Extensões, incluindo extensões dimensionais, são permitidas.
União Europeia	EBA	<i>European Banking Authority</i>	Autoridades reguladoras nacionais ou supranacionais europeias	Privado	O processo de reporte bancário europeu é composto por duas etapas, com as instituições bancárias informando dados de supervisão às suas autoridades reguladoras nacionais ou supranacionais relevantes e, posteriormente, essas autoridades enviam esses dados à Autoridade Bancária Europeia.

Quadro 1: XBRL nos principais mercados de capitais do mundo

Fonte: XBRL International (2017)

Caldewell & McKibben (2012) demonstra, com base no modelo de ciclo de avaliações contínuas de tecnologias regulatórias em diferentes estágios de maturidade e aceitação desenvolvido pelo Gartner (2017), classificou o XBRL no estágio de produtividade, demonstrando ser uma tecnologia já madura e que já tenha vivido todos os outros ciclos (Figura 2).

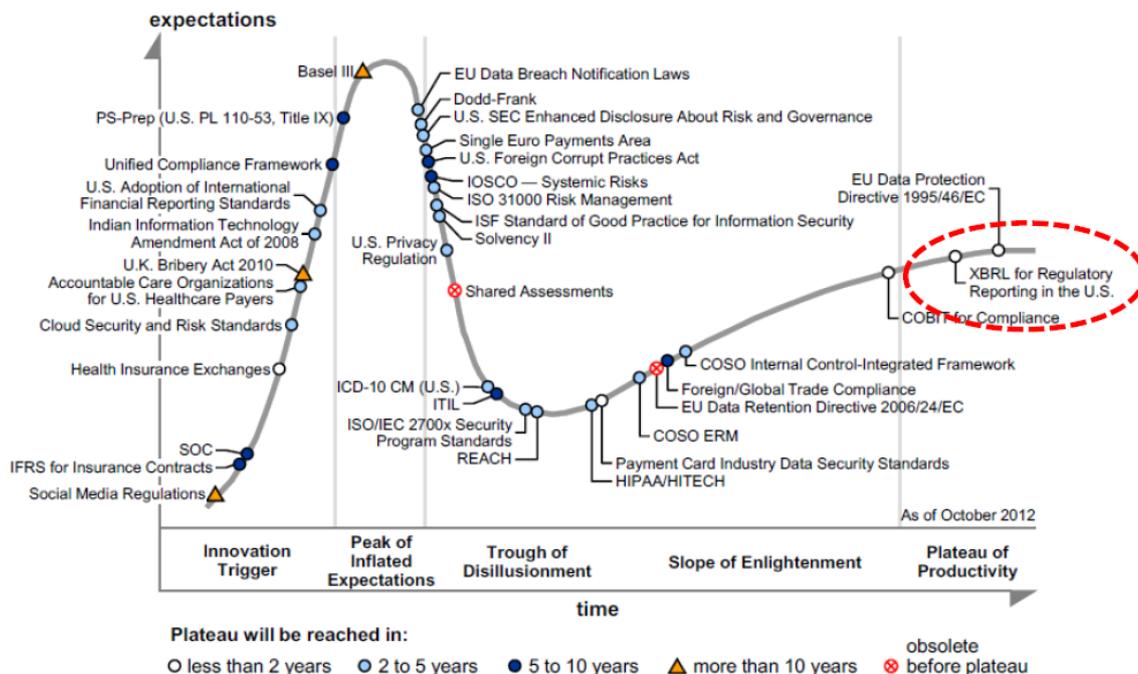


Figura 2: Hype cycle for regulations and related Standards - 2012

Fonte: Caldwell & McKibben (2012) – Gartner

Segundo o CFC:

- A XBRL *International* promove o uso do XBRL como solução através da utilização de jurisdições. A função da jurisdição brasileira é:
 - Centrar-se na evolução do XBRL no Brasil;
 - Contribuir para o desenvolvimento internacional;
 - Promover o XBRL;
 - Organizar a criação de taxonomias;
 - Facilitar a educação e marketing;
 - Explicar os benefícios para o governo e as organizações privadas.
- A taxonomia do XBRL é um conjunto de instruções que transformam os três maiores relatórios da legislação brasileira em linguagem computacional. A taxonomia coloca qualquer balanço no formato da taxonomia brasileira. Assim, mediante leitura, qualquer pessoa, independente de nacionalidade, conseguirá entender um balanço contábil brasileiro, pois estará numa linguagem simples, única, direta e clara.
- A taxonomia do XBRL pode ser utilizada como parte do projeto de convergência às normas internacionais IFRS (*International Financial Reporting Standards*), facilitando a preparação dos dados a serem manuseados interna e externamente.
- O XBRL não tem a implicação no desenvolvimento de novas normas contábeis, mas serve como reforço da informação e impacta em como otimizar a produção, utilização e manutenção da informação contábil e financeira.

Além disso, essa tecnologia não apenas situa as atuais normas contábeis, mas também é flexível o suficiente para acomodar as futuras normas e as orientações contábeis.

- Todos os tipos de entidades (empresas, reguladores, governo, etc.) podem utilizar o XBRL para reduzir custos e melhorar a eficiência no tratamento dos seus negócios e informações financeiras. Devido ao XBRL ser extensível e flexível, ele pode ser adaptado a uma grande variedade de necessidades diferentes.
- De acordo com estudos realizados e experiências obtidas em outros países, a adoção do XBRL pode trazer muitas vantagens em relação a métodos de relatórios tradicionais, decorrente do fato de que a informação uma vez produzida e representada em formato XBRL, pode ser reutilizada muitas vezes sem manipulação ou distorção. Entre os benefícios da utilização dessa tecnologia constam:
 - a) Demonstrações padronizadas por exemplo, de acordo com as normas internacionais de contabilidade;
 - b) Redução dos custos com preparação de demonstrações;
 - c) Simplificação do acesso pelos usuários;
 - d) Informação com mais ampla disponibilidade;
 - e) Reforço para as capacidades analíticas.
- Os benefícios acima ocorrem porque o XBRL:
 - a) Racionaliza a comunicação entre diferentes tecnologias, permitindo que essas tecnologias funcionem de uma forma mais integrada, resultando num aumento da qualidade de dados e disponibilização mais rápida;
 - b) Permite às empresas uma forma eficaz de se comunicar com os seus stakeholders. A total transparência, a integridade e confiança nas informações em um ambiente corporativo é um grande reforço;
 - c) Beneficia as bolsas de valores, melhorando a eficiência da informação financeira e a transformação de tais informações em aplicações analíticas.
 - d) Fornece importantes benefícios para os reguladores e os governos por meio de um menor volume de informações, assim como assegura a precisão dos dados.

Este estudo buscou responder à seguinte pergunta: Qual a situação atual de utilização do XBRL no Brasil, frente à iniciativa de implementação de uma jurisdição do XBRL nacional?

O tema torna-se relevante pela importância e necessidade de existir uma jurisdição de XBRL no Brasil para sua implementação e coleta dos benefícios advindos, porém que se arrasta no tempo e enfrenta dificuldades de implantação e consolidação, como declarado por órgãos legais e de apoio e que poderá ser visto ao longo deste artigo.

Como limitação da pesquisa, pode ser mencionada o tamanho da amostra de empresas selecionadas para aplicação do questionário, que pode não capturar, na extensão esperada, a percepção de todo o mercado de capitais em relação ao XBRL.

2 | CENÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Em maiores detalhes e segundo Castillo (2017) a implementação do XBRL em países considerados menores do que o Brasil na América Latina está bem avançada, inclusive em países que tiveram a harmonização das práticas contábeis ao IFRS adotadas após período de início no Brasil. Exemplo disso, o Chile foi o primeiro país a adotar a linguagem XBRL para as informações do IFRS, utilizando em seis diferentes taxonomias, dentre elas, entidades supervisionadas, participações bancárias, explorações de seguros. Atualmente, os relatórios elaborados naquele país na linguagem XBRL contemplam 2.949 itens. Destes, 64 relatórios se referem a declarações financeiras e notas e 58 advém da taxonomia IFRS. Ainda é possível identificar algumas informações complementares neste reporte feito pelas entidades deste país, tais como risco financeiro e aspectos relacionados ao meio ambiente. No ano de 2016 foram 1.987 arquivos enviados e publicados em XBRL. A autora informa que:

- O Peru contempla nova versão de taxonomia 2016, que é uma extensão do IFRS de 2015. A primeira taxonomia foi publicada em 2012. São 318 itens que compõem sete relatórios financeiros e notas, das quais seis vieram da taxonomia IFRS. No ano de 2016 foram 1.000 arquivos enviados e publicados em XBRL.
- O Panamá utiliza um modelo baseado no requerimento da superintendência de relatórios regulatórios. A versão da taxonomia utilizada é de 2012, única existente no país, e inclui declarações financeiras e demais informações gerais. São 215 itens que compõem cinco relatórios, todos relacionados ao IFRS. Algumas regras incluem ainda alguns elementos que refletem acordos nacionais e práticas locais de apresentação dos relatórios. No ano de 2016 foram 109 arquivos enviados e publicados em XBRL de quarenta e quatro companhias.
- A Colômbia é o maior dos projetos e se aplica o XBRL a todas as entidades financeiras, companhias de seguros, bancos, financeiras, fundos mútuos e de pensão. São 3.177 itens que compõem setenta e quatro relatórios, todos em IFRS. Adiciona ainda itens de instrumentos financeiros, provisão de reservas, e classificação de instrumentos financeiros. No ano de 2016 mais de 5.000 arquivos foi enviado e publicado em XBRL.
- O México possui sete formas para cada tipo de empresa, incluindo demonstrações financeiras consolidadas, e informação suplementar. Embora a taxonomia tenha sido publicada em 2014, o primeiro relatório obrigatório surgiu somente em 2016. São 801 itens que compõem dezenove relatórios

das demonstrações financeiras e notas, e onze advém do IFRS. O padrão ainda contempla informações complementares, tais como: opinião do auditor e controles interno, informação detalhada sobre créditos, renda, posição monetária, ocorrências estrangeiras e, ainda, operações com derivativos. No ano de 2016 foram mais de 1.500 relatórios enviados e publicados em XBRL.

- O Uruguai possui padrão para as empresas financeiras, cooperativas, serviços de administração de recursos e entidades de câmbio. São onze pontos publicados em periodicidades que vão de diária a anual, incluindo declarações consolidadas e suplementares. Cem por cento advém das informações padrão IFRS.
- Que esses países têm em comum um órgão regulador que passou a exigir sua elaboração. No Chile, o órgão responsável é o Supervisor de Valores e Seguros – SVS. No Peru é o Supervisor de Mercado e Valores Mobiliários – SMV. No Panamá, o Supervisor de Banco do Panamá - SBP. Na Colômbia, o Supervisor Financeiro da Colômbia – SFC. No México, o Supervisor da Bolsa de Valores – BMV. No Uruguai, o Banco Central do Uruguai – BCU.

Excluindo o Uruguai, pode-se dizer que 80% de todos os itens publicados nesta taxonomia XBRL advém dos novos padrões contábeis existente nas IFRS.

3 | IMPLEMENTAÇÃO DO XBRL NO BRASIL

Nos últimos anos, estudos foram realizados para avaliar a implementação do XBRL no Brasil, inclusive, fazendo comparações dos estudos nacionais e internacionais e até adentrando no uso de linguagem XBRL na gestão pública (Riccio, Sakata, Moreira e Quoriam, 2006; Mauss, Bleil e Vanti, 2009; Flores, Corrê e Vanti, 2011; Rossi & Schmidt, 2011; Geron, Bittencourt e Riccio, 2013; Teixeira, Zambon, Zorzo, Reis e Lucchese 2014; Farias, 2014; Segundo e Manzoni, 2015 e Zanotta, Souza, Velho, 2014; e Guaiana, 2017), em geral ressaltando sua necessidade de implementação no Brasil, a dificuldade de comparação de demonstrações contábeis preparadas em taxonomias diferentes e que podem ser harmonizadas; o estágio embrionário do assunto no país; a falta de conhecimento sobre a linguagem XBRL pelas empresas; e que há carência de estudos, devendo este tema ser mais explorado cientificamente.

Conforme o CFC, no Brasil as pesquisas sobre XBRL foram iniciadas pelo Laboratório de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, vinculado à Universidade de São Paulo (TECSI-FEA-USP), no ano de 2001, onde criou um grupo de pesquisas que originou a primeira taxonomia brasileira.

O TECSI-FEA-USP (2017), que se define como órgão voltado à promoção do desenvolvimento de pesquisas nas áreas de sistemas de informação e tecnologia aplicada à gestão da área pública e da área privada e que tem como objetivo contribuir para a compreensão dos efeitos e gerar modelos de gestão dos sistemas e tecnologia

de informação em administração de empresas, contabilidade, educação, auditoria, planejamento e controle, estratégia e ciência da informação, teve um importante papel no projeto de implantação do XBRL no Brasil, criando um grupo de pesquisa, que visa a discussão XBRL BRASIL, reunindo pesquisadores e profissionais nas discussões de XBRL, tais como: definição, desenvolvimento, taxonomia, sua implementação no Brasil e no mundo, seus impactos e *state-of-the-art*, com o intuito de aumentar o conhecimento sobre o assunto, encontrar soluções para os problemas e criar valor. Uma série de pesquisas e eventos sobre XBRL foram desenvolvidas pelo TECSI-FEA-USP, possibilitando a congregação, divulgação e interação entre os membros e todos os outros interessados no assunto tanto a nível nacional como internacional, sendo originária desse grupo de pesquisas a taxonomia brasileira, já aprovada no âmbito do XBRL *International*.

Coube ao CFC e ao CPC, com o apoio das entidades que o integram, colocar em prática no Brasil a tecnologia XBRL, bem como, constituir a jurisdição brasileira do XBRL para congregar as diversas partes interessadas. Nesse sentido, o CFC, através da Portaria nº 38/10, instituiu a comissão com a finalidade de criar a jurisdição do XBRL no Brasil, credenciando o CFC como entidade junto ao XBRL internacional. O CFC criou os comitês responsáveis pelos aspectos estratégicos e operacionais, os quais foram compostos por representantes das seguintes entidades:

- *Comitê Estratégico do Projeto XBRL* (criado através da Portaria CFC 075/2010): CFC (coordenador do comitê), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Receita Federal do Brasil (RFB) e B3.
- *Subcomitê Técnico Projeto XBRL* (criado através da Portaria CFC 087/2010): CFC (coordenador do subcomitê), CVM, Banco Central do Brasil (Bacen), Vale, RFB, STN, SAP Brasil, Federação Brasileira de Bancos (Febraban), B3 e Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

O CFC entende que *“as condições para a adoção global do XBRL estão construindo-se gradualmente. No entanto, tal como acontece com qualquer nova tecnologia, existem incertezas e obstáculos a ultrapassar. O Brasil tem capacidade para superar esses obstáculos e, para colher os benefícios do XBRL, depende da contribuição continuada e dinâmica e da cooperação entre os agentes da cadeia de abastecimento e comunicação no que tange à partilha de conhecimentos, informações e ferramentas relacionados com o XBRL”*.

Vale ressaltar que algumas empresas brasileiras que possuem ADR na New York Stock Exchange (NYSE), bolsa de valores nos Estados Unidos da América, já reportam suas demonstrações contábeis à SEC na linguagem XBRL (aquelas que apresentam suas demonstrações de acordo com US Gaap e têm um *floating* superior a US\$ 5 bilhões).

Nos itens 5 e 6 deste artigo discutiremos sobre o status atual do projeto do XBRL no Brasil, bem como óbices identificados e sugestões que buscam garantir a sua implantação.

4 | OBJETIVO DA PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo principal da pesquisa foi apresentar os benefícios da implementação de uma jurisdição no país para a utilização do XBRL e o estágio atual da implementação de uma jurisdição brasileira. Como objetivos específicos da pesquisa, buscou-se:

- Revisão da literatura incluindo a estrutura, fundamentos e benefícios do XBRL, bem como pesquisas sobre sua utilização no Brasil e em outros países;
- Analisar as iniciativas bem-sucedidas de utilização do XBRL em outros países e a importância da existência de uma jurisdição do XBRL no país para potencializar o seu uso pelas empresas locais;
- Levantar e analisar o estágio atual das iniciativas da implementação da jurisdição do XBRL no Brasil com os principais órgãos envolvidos: Instituições de pesquisa, órgãos reguladores, auditores independentes, etc.

Foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa, com objetivo descritivo e como procedimentos, pesquisa bibliográfica e levantamento de campo por meio de entrevistas semiestruturadas (Gil; Richardson, 1999).

A abordagem qualitativa se justifica por possibilitar a compreensão dos benefícios da utilização do XBRL e os requisitos para sua implementação no país, com o objetivo de identificar e descrever tais aspectos segundo o referencial teórico de suporte, desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica realizada, a qual permitiu verificar a amplitude e profundidade do conhecimento existente sobre o tema em questão.

O método de entrevistas semiestruturadas foi utilizado no levantamento de campo e é aplicável, pois por meio de um roteiro previamente elaborado possibilita não só a descrição do fenômeno estudado, no caso a posição dos principais órgãos envolvidos na implementação da jurisdição do XBRL no Brasil, como também a explicação e o entendimento do contexto geral. Faz emergir informações de forma mais livre e as respostas não ficam condicionadas a uma padronização de alternativas (Triviños, 1987; Manzini, 1990/1991).

Assim, foram definidos 3 grupos a serem consultados a respeito da implementação do XBRL no Brasil, sendo:

- Empresas: Escolhidas aleatoriamente dentre as empresas listadas no Novo Mercado da B3 (2017) e aquelas com *American Depositary Receipt* - ADR emitidos na NYSE nos Estados Unidos da América (Momento Econômico,

2017), perfazendo 148 empresas, sendo 20 delas com ADR na NYSE, e atuantes em 26 setores da economia, todas fortes demandadoras de investimentos via mercados de capitais nacional e estrangeiro. Essa pesquisa visou obter entendimento sobre intenção de adoção da ferramenta XBRL, expectativa de prazo, investimentos e benefícios da ferramenta na relação com os *stakeholders*, com 15% de respondentes.

- Auditores Independentes: Com o fito de dar uma visão tridimensional sobre as expectativas de uso do XBRL, foram enviados questionários às empresas de auditoria independente classificadas como “*Big Four*” (EY, DTT, KPMG e PWC) e obtivemos retorno de 75% delas.
- Entidades Governamentais e entidades de Classe: CFC, Bacen, RFB, Febraban, Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e Superintendência de Seguros Privados (Susep), bem como, a B3 e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entes essas que participam do projeto e/ou que seus associados têm interesse na implementação do XBRL no Brasil, às quais foram enviados questionários visando investigar os desafios da implantação e manutenção do propósito no longo prazo. Obtido resposta do CFC.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para as empresas que em algum momento estudaram o projeto, o entendimento foi de que a implantação do XBRL no Brasil perdeu densidade e prioridade dentro das empresas, inclusive sem projeto de investimento definido para tal, visto considerarem que não houve avanço por parte do CFC e que a expectativa é de uma implantação só no longo prazo. Como o CFC não promoveu uma ampla divulgação do projeto junto aos *stakeholders*, muitas empresas o desconhece ou não inseriram em seus planejamentos o estudo do assunto, com informação inclusive de que não irão aderir quando implantado o XBRL. Não obstante, houve corroboração em relação a importância para o país e para as partes interessadas no mercado de capitais brasileiro, inclusive, que sua implementação trará benefícios importantes para as empresas, tanto em relação à redução de custos e no melhor relacionamento com investidores, quanto pela expectativa de redução de custos de captação. Também revelaram preocupações quanto ao fato de que poderá haver disputas políticas em relação a definição de que a publicação das demonstrações financeiras podem passar a ocorrer somente em meio eletrônico, em substituição aos jornais.

Por outro lado, o CFC apresentou o orçamento financeiro investido no projeto XBRL nos últimos anos (Tabela 1) e adicionalmente informou que:

“Na esfera do Conselho Federal de Contabilidade, o projeto XBRL está momentaneamente suspenso por questão de orçamento, de problemas técnicos e

operacionais, que envolvem alguns órgãos reguladores e setores do mercado, entre outros aspectos. Por oportuno, informamos que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) está implementando o XBRL na área pública”.

Ano	Investimento em R\$
2012	47.043,46
2013	25.842,91
2014	0,00
2015	0,00
2016	0,00
2017	0,00

Tabela 1: Investimento do Governo Federal no projeto XBRL

Fonte: CFC (2017)

O TECSI-FEA-USP (2017), por sua vez, além de precursor da ideia de trazer o XBRL para o Brasil, tem dedicado muito esforço em garantir a continuidade do projeto mas, conforme o coordenador desse laboratório, o projeto apresenta risco de continuidade, inclusive quanto a manutenção da taxonomia desenvolvida (precisa estar atualizada em relação à normatização que afeta a divulgação de informações pelas empresas aos *stakeholders*) devendo serem envidados esforços para: (i) reativar o Comitê Estratégico e Subcomitê Técnico do XBRL que não têm se reunido há mais de um ano; (ii) garantir orçamento federal para infraestrutura e manutenção do projeto; (iii) definir a entidade que melhor se caracterize para hospedar a tecnologia do XBRL; (iv) repensar o operador e definir um arcabouço normativo que busque definir forma e prazo de implementação do XBRL e que estabeleça as diretrizes a serem observadas pelas companhias de capital aberto, bem como aspectos voltados à regulamentação, supervisão e vigilância do sistema, bem como que promova a interoperabilidade, a inovação, a eficiência e o acesso não discriminatório à infraestrutura de informações e a sua adequação ao atendimento das necessidades dos usuários finais.

No que tange aos auditores independentes no Brasil selecionados para responder à pesquisa, a alegação de 75% deles foi de que o XBRL não é projeto prioritário, porém, houve citação dos benefícios que a empresa espera obter com a implementação do XBRL, quais sejam: (a) automação do processo de agrupamento de informações para análise e auditoria; (b) redução do tempo de redigitação de dados das empresas auditadas; (c) qualidade e precisão dos dados; e (d) facilidade na implementação de trilhas de auditoria.

Os órgãos governamentais, como a CVM, o Bacen e a RFB detêm seus mecanismos de transmissão de dados e informações pelas empresas para seus usos específicos. Essa multiplicidade de plataformas e modelos, associada ao viés político da propriedade e uso das informações, assim como, pouca disposição para aprovar orçamento de investimento e manutenção, dificulta a adoção de um único canal e de

nova metodologia. É preciso pensar no todo, no Brasil.

A visão organizacional do XBRL no Brasil não é de pleno conhecimento ou totalmente acreditada por todos os entes que deveriam estar envolvidos, como as empresas, analistas de mercado e auditores independentes, faltando ações por parte do governo brasileiro em promover fortemente o XBRL. O CFC demonstrou a falta de esforço governamental em apoiar financeiramente o projeto, o que resultou na sua paralização, pelo menos, temporária. O irrisório orçamento financeiro aplicado nos últimos anos denuncia a pouca ou nenhuma importância que o governo brasileiro tem dado ao projeto de implantação do XBRL para o atendimento ao mercado de capitais e seus usuários.

O mercado de capitais brasileiro, historicamente, funciona com base em regulação governamental, de forma que há de se instituir esse modelo também para o XBRL no Brasil, como forma de garantir sua implementação, sem, evidentemente, deixar de fomentar a divulgação e envolvimento de todas as partes interessadas, através da participação no Comitê e Subcomitês do XBRL, mas também no envolvimento das empresas, através de seus órgãos de classe, no treinamento e conhecimento dos benefícios derivados desse padrão de divulgação das informações econômico-financeiras pelas empresas, que passa pela redução de custos de divulgação e alinhamento internacional das informações, criando possibilidade para a redução de custos de captação, inclusive.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mister a importância para o Brasil e suas empresas a adoção do XBRL, cujos benefícios já foram verificados e obtidos por outros países que já implantaram esse padrão de divulgação de informações contábil-financeiras. O Brasil não pode ficar fora desse ambiente, porém, o projeto tem enfrentado dificuldades financeiras, de difusão e de criação de uma jurisdição pátria.

Por outro lado, há de se estudar o modelo de convencimento que a STN adotou para financiar e estruturar o padrão XBRL no Siconfi e, se pertinente, aplicá-lo ao mercado de capitais.

Há barreiras a serem transpostas para a implementação do XBRL no Brasil além de orçamento e adequação do instituto governamental regulador, já reconhecidas pelos *stakeholders*, a exemplo das decisões políticas que impedem a publicação das demonstrações financeiras somente em meio eletrônico, em substituição à burocracia atual de divulgar em jornais de grande circulação, contrassenso com a realidade cibernética do mundo atual.

Será que o CFC é o órgão governamental que realmente deve estar coordenando a implantação da tecnologia XBRL no Brasil, com a constituição de uma jurisdição própria, visto que esse órgão tem como principais atividades a de orientar, normatizar e

fiscalizar o exercício da profissão contábil, regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, portanto, com funções díspares em relação ao projeto XBRL? Os países que adotaram o XBRL confiaram a supervisão geralmente à sua comissão de valores mobiliários ou ao banco central. Há de se avaliar a CVM nesse papel, cabendo-lhe promover, de forma gradual e amparada em uma regulamentação determinante (quem estará obrigado e quando deverá estar aderente aos padrões de divulgação) a implantação do XBRL para as empresas de capital aberto no Brasil. À CVM cabe a responsabilidade de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil, fazendo sentido abarcar mais essa atividade de desenvolver, normatizar e fiscalizar a divulgação de relatórios financeiros pelas empresas no formato XBRL, fazendo sentido ser a entidade credenciada junto ao XBRL internacional para representar a jurisdição brasileira.

Apesar de reconhecida a importância do apoio do laboratório TECSI-FEA-USP, na pesquisa e originação da taxonomia brasileira, não é hora de pensar numa empresa independente para gerir essa tecnologia, a exemplo da bolsa de valores (B3)?

Os órgãos reguladores e associações que representam o mercado de capitais foram adequadamente envolvidos e comprometidos? Estes, além de fortes difusores, podem dar significado prático ao projeto, facilitando sobremaneira a adesão e implantação por seus entes filiados. Um plano de comunicação e envolvimento precisa ser desenvolvido, inclusive no que tange ao apoio financeiro por entidades de mercado.

Este estudo atingiu o seu objetivo uma vez que traz à tona a realidade do processo de implantação do XBRL no Brasil, apontando a necessidade de correção de rumo e concluindo que não há espaço para recuo e muito menos para abandono da adoção do XBRL no Brasil. O país e o mercado de capitais brasileiro carecem desse benefício para melhorar suas relações com *stakeholders* e atrair capital, principalmente de origem internacional.

Por fim e dada a relevância do assunto para o mercado de capitais, constata-se que o tema XBRL no Brasil poderá ser explorado em novas pesquisas científicas, a exemplo de utilização de outros métodos de análise e ampliação do estudo a outros *stakeholders*, buscando contribuir para o entendimento e desenvolvimento dessa linguagem no país.

REFERÊNCIAS

Bolsa, Balcão, Brasil (2017). *Empresas listadas na BM&F.Bovespa*. Recuperado em 15 de junho de 2017, de http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm

Caldwell, F., & McKibben, D. (2012). *Hype Cycle for Regulations and Related*. Gartner, Inc. G00235517.

Castillo, M. (2017) **Comparing Experiences of IFRS/XBRL Implementation for Financial Supervision in Latin America**. Eurofiling XBRL Week in Frankfurt, 2017. Recuperado em 15 de dezembro de 2017, de http://eurofiling.info/2017/wp-content/uploads/XEU_6_COMPARISON_OF_IFRS_XBRL-IMPLEMENTATIONS.pdf

Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (2017). Recuperado em 15 de dezembro de 2017, de <http://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/xbrl/>

Farias, E. L. (2014). **Desafios na implementação do XBRL no Brasil: Um estudo utilizando a teoria da difusão de inovações**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Flores, J. S., Corrêa, R. M., & Vanti, A. A. (2011). **Análise das características dos artigos publicados sobre a linguagem XBRL em revistas científicas de PPG's stricto sensu de contabilidade no Brasil**. (Versão eletrônica), *RIGC*, v. 9, n. 18, p.1-17.

Gartner, Inc. (2017). **Research Methodologies**. Recuperado em 15 de dezembro de 2017 de <https://www.gartner.com/technology/research/methodologies/hype-cycle.jsp>

Geron, C. M. S., Bittencourt, R. E., & Riccio, E. L. (2013). **O uso da linguagem XBRL pelas companhias brasileiras**. (Versão eletrônica), *Revista Práticas em Contabilidade e Gestão*, v. 1, n. 1, p. 117-146.

Gil, A. C. (1999) **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Guaiana, T. (2013). **A Visão Organizacional do XBRL no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Laboratório de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (2017). *Grupo de Pesquisa XBRL*. Recuperado em 23 de maio de 2017, de <http://www.tecsi.fea.usp.br/?q=node/89>

Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 (2009). Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Recuperado em 15 de dezembro de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm

Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado em 15 de dezembro de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm

Manzini, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991.

Mauss, C. V., Bleil, C., & Vanti, A. A. (2009). **XBRL na gestão pública com business intelligence (BI)**. (Versão eletrônica), *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, n. 6(1), p.5-18.

Momento Econômico (2017). **Lista de ADRs brasileiras no EUA**. Recuperado em 23 de maio de 2017, de <http://www.momentoeconomico.com.br/lista-de-adrs-brasileiras-nos-eua/>

Riccio, E. L., et. al. (2006). **XBRL – A Divulgação de Informações Empresariais** (Versão eletrônica), *Revista Ciência da Informação*, v. 35, n. 3, p. 166-182.

Richardson, R. J. (1999). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Rossi, T., & Schmidt, P. (2011). **Teoria e prática para a adoção do XBRL – Extensible Business**

Reporting Language (versão eletrônica), *Revista ConTexto*, v. 11, n. 19, p. 43-60.

Segundo, J. E. S., & Manzoni, G. A. (2015). **Análise do modelo de apresentação de dados financeiros a investidores por empresas de capital aberto**. *Scire*. v. 21:1, p. 53-58.

Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (2017). ***Taxonomia Siconfi***. Recuperado em 15 de dezembro de 2017, de <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=584>

Teixeira, B. M., Zambon, E. P., Zorzo, L. S., Lucas, H. C. R., & Luchesse, A. R. (2017). **XBRL: uma análise comparativa dos estudos nacionais e internacionais do período de 2009 a 2013** (Versão eletrônica). *Revista de Contabilidade Dom Alberto*, v. 2, n.1, p. 56-75.

Triviños, A. N. S. (2017). ***Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação***. São Paulo: Atlas.

XBRL International (2017). Recuperado em 22 de agosto de 2017, de <https://www.xbrl.org/>

Zanotta, R. P., Souza, A. R. L., & Velho, C. O. (2014). **Análise da proposta de implantação do XBRL e central de balanços para evidenciação de informações contábeis no Brasil** [Versão eletrônica]. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 208, p. 47-61.

SOBRE O ORGANIZADOR

Marcos William Kaspchak Machado - Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-201-2

